

BRASIL

6

Brasília, sábado,
14 de junho de 1997

CORREIO BRAZILIENSE

EDITOR: Kido Guerra. SUBEDITORES: Renato Ferraz e Cláudia Bensimon. TELEFONE: (061) 342-1171/1172. FAX: (061) 342-1155. E-mail: brasil@cbdata.com.br

ACM REPRELENDE MALAN

Senador rebate crítica do ministro à lentidão das reformas, diz que o governo é inoperante e ameaça não convocar o Congresso em julho

Salvador — O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), “passou um pito” em público no ministro da Fazenda, Pedro Malan, que numa palestra proferida para empresários baianos responsabilizou o Congresso pela demora na aprovação das reformas econômicas. Antônio Carlos respondeu que a reforma deveria começar nos setores em que a legislação já está definida, como no caso dos portos, e acusou o governo de falta de vontade política. “Se o governo quer reformar, tem que começar reformando o que não precisa de lei, porque a lei já foi feita há cinco anos”, reagiu.

Na palestra que fez, a convite da Câmara Americana de Comércio da Bahia, o ministro Fazenda, além de cobrar a responsabilidade do Congresso e do Judiciário, em relação às reformas, citou o comportamento cultural brasileiro, na sua visão, imperial, como um entrave às transformações que considera necessárias ao país. “Tivemos o império e imperadores, mesmo após a República”, disse o ministro, na tribuna de conferencistas, enquanto na mesa, o presidente do Senado não conseguia esconder seu descontentamento.

A resposta de Antônio Carlos veio num pronunciamento que não estava no programa. Discretamente pediu a palavra, quando o mestre de cerimônia preparava-se para encerrar o encontro, e dirigiu a Pedro Malan a sua ironia habitual. “O ministro falou de imperadores após a República. Há quem fale em imperador ainda hoje”, disparou o senador.

Pedro Malan havia dado uma outra alfinetada no Congresso, ao responder a pergunta de um em-

presário sobre os planos do governo para aquecer o setor da construção civil. Mais uma vez ele chamou a responsabilidade dos deputados e senadores, para aprovarem com rapidez o projeto que cria o novo Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), cujo projeto só agora foi enviado ao Legislativo.

Antônio Carlos respondeu que as falhas na condução das reformas existem tanto no Congresso, quanto no governo, e que precisam ser corrigidas. “Assim como há corporativismo no Congresso, há corporativismo também no Executivo e devemos nos unir para acabar com isso”, respondeu. O senador citou o caso dos portos, onde “o governo deve colocar em prática a lei, acabando com o protecionismo para determinadas categorias”.

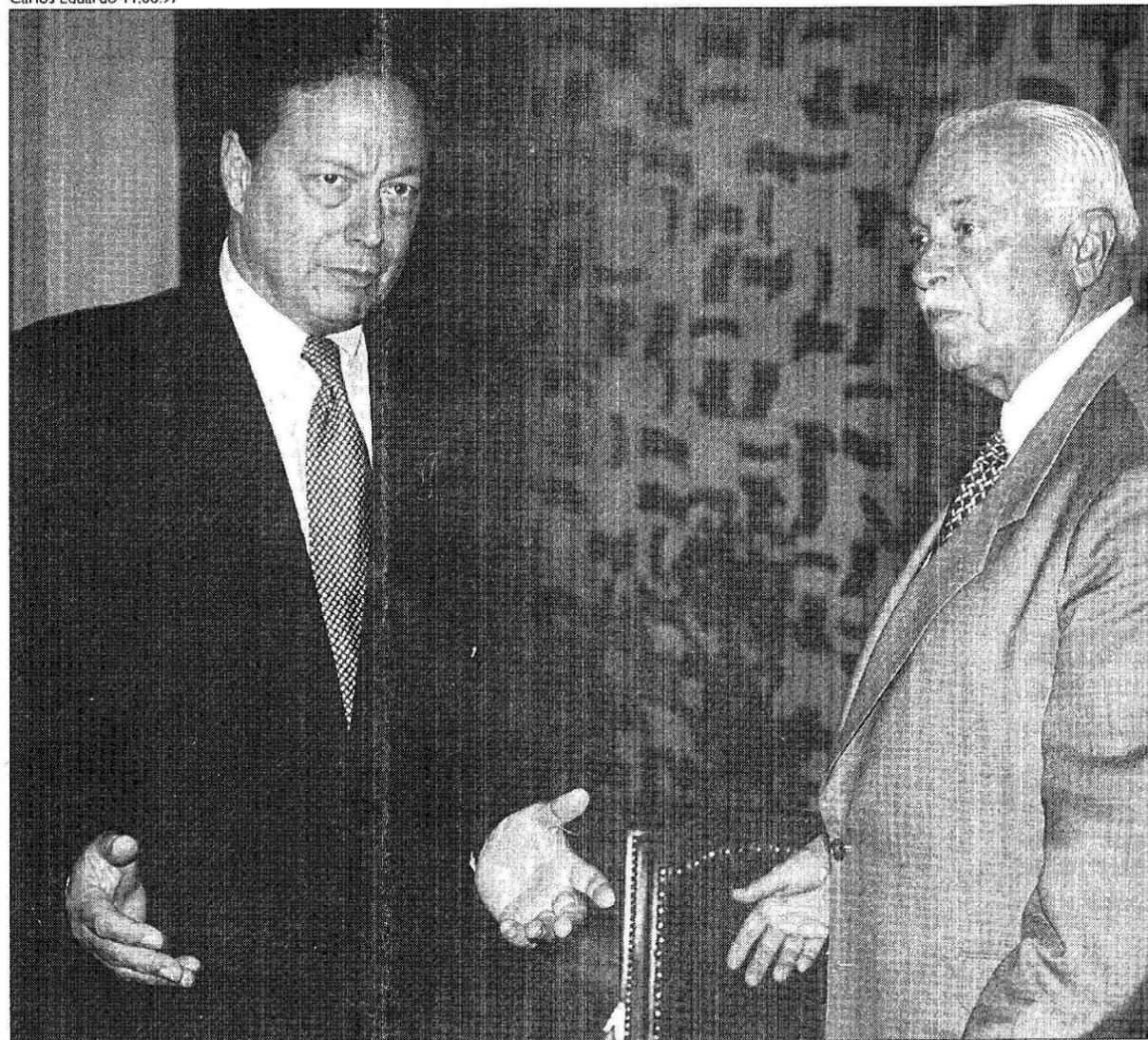
CONVOCAÇÃO

A irritação de Magalhães com o discurso de Malan ficou evidenciada quando ele anunciou que não vai convocar o Congresso extraordinariamente em julho para a votação das reformas. O senador citou que a pressão maior pela convocação extra parte dos deputados, com a justificativa de “necessidades financeiras”. Ele alegou que com a maioria recebendo R\$ 5 mil líquidos por mês, os parlamentares buscam um salário extra.

Mas deixou claro que se o governo achar necessário, a iniciativa da convocação terá que ser do presidente, mas deu o conselho: que a pauta não seja sobrecarregada. “Não adianta colocar 20 ou 30 projetos, porque nesse caso, não haverá tempo para votar um projeto sequer.

Magalhães recomendou que o governo se limitasse na pauta da

Carlos Eduardo 11.06.97



ACM (D) e Malan durante encontro realizado esta semana em Brasília: não havia sinal de crise entre os dois

convocação extraordinária aos projetos das reformas administrativa e da previdência, do novo Sistema Financeiro Imobiliário e uns três ou quatro sobre a privatização do setor de telecomunicações.

Em entrevista, depois da palestra, Malan tentou minimizar o incidente. O ministro garantiu que não teve intenção de responsabilizar isoladamente qualquer setor da sociedade pelas dificuldades em relação a aprovação das reformas.

“O que eu disse é que não tem sentido responsabilizar apenas o governo Federal no equaciona-

mento de problemas que dependem também do Legislativo, do Judiciário, dos governos estaduais e municipais, da mídia e da sociedade em geral”, disse Malan.

Quando ouviu uma crítica, dificilmente o senador baiano a deixa sem resposta. Seja para defender o Congresso, atacar adversários ou, simplesmente, marcar seus pontos de vista. O primeiro atrito com o governo Fernando Henrique se deu um mês após a posse do presidente. Ex-ministro das Comunicações, o senador baiano não gostou de um pronunciamento na TV, em fevereiro de 95, no qual o presi-

dente criticava o fisiologismo nas concessões de rádio e TV e defendia licitações.

O segundo atrito do senador foi com a direção do Banco Central, quando da divulgação da chamada “pasta cor-de-rosa”, com acusações sobre financiamento de suas campanhas. Atribuindo as denúncias ao BC, ele chamou os diretores de marginais.

No Senado, Antônio Carlos já entrou em rota de colisão e passou “pito” em vários colegas, entre eles Pedro Simon (PMDB-RS), Ney Suassuna (PMDB-PB), José Eduardo Dutra (PT-SE), entre outros.

TROCA DE FARPAS

“AS DIFICULDADES VÃO SE REDUZIR TÃO CEDO QUANTO MAIS CEDO FOREM VOTADAS AS REFORMAS NO CONGRESSO”

Pedro Malan

“SE O GOVERNO QUER REFORMAR, TEM QUE COMEÇAR REFORMANDO O QUE NÃO PRECISA DE LEI”

Antônio Carlos Magalhães

“TIVEMOS O IMPÉRIO E IMPERADORES, MESMO APÓS A REPÚBLICA”

Pedro Malan

“O MINISTRO FALOU DE IMPERADORES APÓS A REPÚBLICA. HÁ QUEM FALE EM IMPERADOR AINDA HOJE”

“ASSIM COMO HÁ CORPORATIVISMO NO CONGRESSO, HÁ CORPORATIVISMO TAMBÉM NO EXECUTIVO E DEVEMOS NOS UNIR PARA ACABAR COM ISSO”

Antônio Carlos Magalhães